

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Valor Econômico

Título: Senador vai para o PMDB e torna incerto o super DEM	10
Título: Eleição de 2018 aproxima Barbosa e Hartung	11

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Petrobras vai vender maior rede de gasoduto do país.....	2
Título: Chesf: estados fazem apelo contra venda	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Petrobras aumenta preço do botijão de gás em 12,2%, após furacão Harvey.....	5
Título: Eletrobras: mitos e verdades sobre o processo de privatização	6
VEÍCULO: Correio Braziliense	8
Título: Preço da gasolina chega a R\$ 4,27	8
VEÍCULO: Valor Econômico	10
Título: Senador vai para o PMDB e torna incerto o super DEM.....	10
Título: Eleição de 2018 aproxima Barbosa e Hartung	11

Título: Governo quer fim de golden share	12
Título: Governadores do NE tentam preservar Chesf	14
Título: Voltaia terá projeto próprio e parceria no leilão de renovável	15
Título: Samarco pede nova licença para retomar operação	17
Título: Minoritário terá mais poder na nova BR	18

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Petrobras vai vender maior rede de gasoduto do país

TAG tem 20 empresas interessadas e valor supera US\$ 5,2 bi.

O plano de desinvestimento da Petrobras deu novos passos ontem. A estatal informou que iniciou o processo de venda da TAG, a Transportadora Associada de Gás. A empresa é dona da maior rede de gasodutos do país, com 4,5 mil quilômetros de extensão distribuídos entre as regiões Norte, Nordeste e Sudeste. O objetivo é vender 90% das ações da subsidiária, que tem uma capacidade de transporte de 74,67 milhões de metros cúbicos por dia. O tamanho da rede da TAG é mais que o dobro da NTS, com 2 mil quilômetros. Em abril deste ano, a estatal concluiu a venda da NTS à Brookfield por US\$ 5,2 bilhões. Com assessoria financeira do Santander, a TAG registrou no ano passado uma receita líquida de R\$ 4,7 bilhões e uma geração de caixa operacional, medida pelo Ebitda, de R\$ 4,1 bilhões. — Será o maior negócio do ano para a Petrobras.

A venda vai ter um valor superior aos US\$ 5,2 bilhões gerados com a NTS. Será muito maior também que a abertura de capital da BR. É um ativo muito valioso. Já há de 15 a 20 empresas interessadas em se tornarem sócias da rede da TAG. Essas empresas são do Brasil e do exterior — disse uma fonte que não quis se identificar. A empresa não quis comentar valores do ativo. Foi enviado ontem prospecto com informações básicas (o chamado teaser) para os potenciais compradores. A rede, operada pela Transpetro, outra subsidiária da companhia, representa 47% de toda a infraestrutura do país. No prospecto, a Petrobras definiu que o potencial comprador deve ter ativos de US\$ 5 bilhões e um valor de mercado de pelo menos US\$ 2,5 bilhões.

Em Assembleia Geral de Acionistas da subsidiária, foi aprovada a reforma de seu estatuto social. A ideia é ofertar a investidores entre 25% e 49% do total da empresa. Como o objetivo da companhia é chegar ao Novo Mercado, segmento da B3 (antiga Bovespa) onde há um maior nível de transparência, ficou estabelecido que a empresa vai ter apenas ações ordinárias (ON, com direito a voto) e que os minoritários terão direito de proteção em caso de troca de controle, o chamado tag along. O Conselho de Administração da subsidiária, que hoje é indicado apenas pela Petrobras, terá ao menos três representantes dos acionistas minoritários. "As operações deverão ser aprovadas pelo voto de 2/3 dos membros do Conselho, disse a Petrobras".

A meta de desinvestimentos da Petrobras é de US\$ 21 bilhões até o ano que vem. GÁS DE BOTIJÃO SOBE 12,2% A passagem do furacão Harvey pelo Texas, nos Estados Unidos, provocou uma onda de aumentos dos combustíveis no Brasil. Ontem, a Petrobras anunciou o reajuste médio de 12,2% no preço do gás de botijão, o GLP residencial. A alta começou a valer hoje. O anúncio ocorreu na sequência de aumentos consecutivos da gasolina e do diesel feitas pela estatal, que acumulam avanço superior a 10% somente em setembro. Ontem, a estatal anunciou ainda que reajustou em 2,5% o GLP destinado à indústria e ao comércio. Segundo fontes, novas altas podem ocorrer a curto prazo, já que outros furacões — como o Irma, no Caribe — podem trazer ainda mais destruição. O gás de botijão para uso residencial é comercializado em unidades de até 13 quilos. Já o GLP industrial e comercial é vendido em botijões acima de 13 quilos.

Em nota, a Petrobras disse que o aumento é reflexo dos "estoques muito baixos e eventos extraordinários, como os impactos do furacão Harvey na maior região exportadora mundial de gás liquefeito de petróleo (GLP)". A área de Houston atende a mercados como Europa e Extremo Oriente. Segundo a Petrobras, os terminais da região foram afetados e permanecem fora de operação. Isso, diz a empresa, "tem tido influência significativa no comportamento dos preços do GLP no mercado internacional". Em nota, a estatal disse que novos aumentos poderão ser aplicados ao botijão ainda em setembro. "A correção aplicada neste momento não repassa integralmente a variação de preços do mercado internacional.

Uma nova avaliação do comportamento deste mercado será feita pelo Grupo Executivo de Mercado e Preços (Gemp) em 21 de setembro", destacou a empresa. Se for integralmente repassado ao consumidor, a Petrobras estima que o preço do botijão pode ser reajustado em 4,2%, ou cerca de R\$ 2,44 por unidade, "se forem mantidas as margens de distribuição e de revenda e as alíquotas de tributos", atesta a companhia. O Sindigás, que representa as empresas do setor, disse que o reajuste para a indústria oscilará entre 11,3% e 13,2%, de acordo com a região do polo de suprimento. — Não tenho dúvidas de

que aumentos expressivos devem ser repassados, mas é difícil saber qual percentual chegará ao consumidor, pois cada empresa calculará como, quando e quanto — disse o presidente do Sindigás, Sergio Bandeira de Mello.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Chesf: estados fazem apelo contra venda

Em carta a Temer, governadores do NE citam risco à segurança hídrica.

Em mais uma demonstração de que o governo enfrentará fortes resistências políticas para executar os planos de privatizar a Eletrobras, os governadores de todos os estados do Nordeste encaminharam ontem uma carta ao presidente Michel Temer em que se colocam contra a venda da empresa. Os nove governadores também se posicionam contra outras propostas do Ministério de Minas e Energia (MME) para o setor elétrico nacional. O principal foco de discordância é a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), subsidiária da Eletrobras que atua na região do Rio São Francisco.

Os governadores querem que Temer exclua a Chesf do Grupo Eletrobras e a transforme em uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Integração Nacional. "Deixamos claro que somos contra a privatização da Eletrobras e das empresas a ela vinculadas", afirma o texto, que fala em risco de segurança hídrica para a região. "É preciso enfatizar que a contratação com investidores privados de vazões do Rio São Francisco para a produção de energia é medida que limita o uso múltiplo das águas. Com isso, põe em risco a segurança hídrica de numerosa população e ainda desestimula que levemos adiante estudos e planos para outros usos da água, no que podemos estar comprometendo o futuro de gerações", assinala o documento.

POTENCIAL DE ALTA DA TARIFA

Os governadores também atacam a proposta do MME de mudar a forma pela qual usinas antigas da Eletrobras são remuneradas. Hoje, a empresa é paga apenas pelos custos de manutenção e operação. Pela proposta em discussão, a empresa passaria a receber pela energia gerada com base nos preços praticados de mercado, ou seja, maiores. Por isso, críticos à proposta dizem que essa mudança tem potencial de aumentar a conta de luz. "É fato que membros da equipe do governo têm se esmerado em negar aumento de custo da energia para o consumidor final.

Há que se considerar ainda o histórico das privatizações brasileiras, que, prometendo sempre melhorar a qualidade e baratear as tarifas, costumam levar a resultados insatisfatórios, como podem verificar os clientes de operadoras de telefonia celular, extremamente deficientes", dizem os governadores. A carta é assinada por todos os governadores, inclusive aliados de Temer — os de Alagoas e Sergipe pertencem ao PMDB. O governador do Rio Grande do Norte é do PSD, da base aliada do governo. Da oposição, há três do PT (Bahia, Ceará e Piauí) e um do PCdoB (Maranhão). Outros dois que apoiaram o documento são do PSB, que recentemente saiu da base de Temer.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras aumenta preço do botijão de gás em 12,2%, após furacão Harvey

A Petrobras informou nesta terça-feira aumento de 12,2%, em média, no preço do botijão de gás de até 13 kg (mais comum em residências) a partir desta quarta-feira (6).

O movimento se deu devido a estoques muito baixos e eventos extraordinários, como os impactos do furacão Harvey na maior região exportadora mundial de GLP (gás liquefeito de petróleo), nos Estados Unidos.

A empresa também informou reajuste de 2,5% nos preços de comercialização às distribuidoras do GLP destinado aos usos industrial e comercial.

Segundo a Petrobras, o cenário de baixa oferta e de alta na cotação externa foi considerado no ajuste do gás de botijão para uso residencial. A empresa sinalizou ainda que novos reajustes podem estar a caminho, após avaliação de seu Gemp (Grupo Executivo de Mercado e Preços).

"A correção aplicada neste momento não repassa integralmente a variação de preços do mercado internacional. Uma nova avaliação do comportamento deste mercado será feita pelo Gemp em 21 de setembro", disse em nota.

A tempestade não afetou somente o mercado de gás, causando também a disparada nos preços externos da gasolina na semana passada, o que levou a Petrobras a aplicar fortes reajustes nos últimos dias.

O ajuste do gás de cozinha anunciado nesta terça (5), aplicado aos preços sem tributos, representará uma alta média de 4,2%, ou cerca de R\$ 2,44 por botijão se for integralmente repassado aos preços ao consumidor, comentou a estatal. A Petrobras observou que a região de Houston (Texas), afetada pela tempestade Harvey, é a maior exportadora mundial de GLP, atendendo mercados importadores como Europa e Extremo Oriente.

"Com a chegada do furacão Harvey na semana passada, tanto a produção quanto os terminais do Golfo americano foram impactados e permanecem fora

de operação. Assim, a menor disponibilidade de GLP provocou aumento de preço nos mercados consumidores, incluindo o Brasil", explicou a companhia. Além disso, os preços já vinham sendo afetados por estoques em níveis próximos do mínimo observado nos últimos cinco anos nos Estados Unidos. "Avaliações de mercado chegaram a apontar que o estoque não atingiria níveis considerados confortáveis para fazer frente ao período de inverno no Hemisfério Norte", comentou a Petrobras. Segundo a Petrobras, os impactos do Harvey só vieram agravar esse cenário, acarretando a manutenção de cotações elevadas no início do mês de setembro. No início de agosto, os preços do gás de cozinha já haviam sofrido reajuste de 6,9%. Na sequência, no meio do mês, foi anunciado o aumento de 7,2% no preço do GLP.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: JULIANA DAL PIVA, HELLEN GUIMARÃES, CLARA BECKER, LEANDRO RESENDE

Título: Eletrobras: mitos e verdades sobre o processo de privatização

Desde que o governo anunciou a intenção de privatizar a Eletrobras, circulam nas redes sociais diversos vídeos e muitas informações sobre como esse processo, de fato, afetaria a economia do país. Muitos dos dados usados, no entanto, estão incorretos ou são imprecisos. A **Lupa** checou.

“A Eletrobras é responsável por R\$ 23 bilhões em dívidas no último trimestre”

O texto foi compartilhado no Facebook por páginas como a do Movimento Brasil Livre (MBL), onde teve 1,9 mil curtidas e 560 compartilhamentos em poucas horas. Mas o relatório mais recente da Eletrobras revela que R\$ 23,4 bilhões é a dívida total da empresa – não apenas a dos últimos três meses. Aliás, desde ao menos junho de 2016, a Eletrobras mantém uma dívida de mais de R\$ 20 bilhões. Ou seja: não é nova. No mesmocumento oficial, a empresa declara ainda que teve um lucro líquido de R\$ 306 milhões no último trimestre. Este valor fica bem abaixo dos R\$ 12,7 bilhões registrados no mesmo período do ano passado.

“O rombo na arrecadação no primeiro semestre, no Brasil, foi de R\$ 38 bilhões”

Na gravação, o locutor defende que a venda da Eletrobras não seria capaz de cobrir o rombo mencionado. Dados do Ministério da Fazenda mostram que, entre janeiro e julho de 2017, a arrecadação federal foi de R\$ 758,5 bilhões.

Esse valor é maior do que os R\$ 724,6 bilhões arrecadados no mesmo período do ano passado. Aí, portanto, não houve rombo.

Todo ano, o governo faz uma estimativa das receitas que terá a partir de tributos e acompanha de perto essa evolução. Atualmente, a Fazenda calcula que, até dezembro de 2017, o país deverá deixar de arrecadar cerca de R\$ 19 bilhões – metade do valor citado no vídeo. Essa é, portanto, uma previsão do que poderia vir a ser o rombo de arrecadação. Trata-se de 50% do valor citado na frase analisada.

“Nos países europeus e nos Estados Unidos, a geração de energia é tratada como uma questão de segurança nacional”

Nos Estados Unidos, a energia é tratada como uma questão de segurança nacional, mas o setor é controlado por empresas privadas. Ou seja, o fato de ser um item de extrema importância para a proteção nacional não implica que o governo seja obrigado a produzir e/ou distribuir eletricidade. Nos EUA, cabe ao Departamento de Energia e às agências reguladoras fiscalizar a eficiência do setor. O Departamento de Energia estabelece diretrizes para que o setor esteja preparado para responder rapidamente a mudanças climáticas, ataques cibernéticos ou terroristas, por exemplo.

Vale destacar que, segundo relatório de avaliação energética, o Ministério da Defesa é o maior consumidor de eletricidade dos EUA, e 100% da energia que ele próprio consome vem de empresas comerciais.

Em Portugal, por exemplo, a estatal EDP foi privatizada em 2012. Ainda assim, a energia consta no Conceito Estratégico de Segurança Nacional, documento que define as prioridades do Estado em matéria de defesa.

“Em um cenário de monopólio privado, o estado perde o controle do preço da energia”

Em um cenário de monopólio privado, os estados podem manter algum controle sobre o setor energético. Isso acontece por meio das agências reguladoras. No Brasil, cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) buscar tarifas justas e mediar conflitos de interesses entre agentes do setor elétrico e consumidores, em benefício da sociedade.

Em Portugal, onde a empresa estatal EDP foi privatizada, o governo instituiu o programa Tarifa Social, que consiste em um desconto na conta de luz para a população de baixa renda. A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos fiscaliza o setor.

Na sexta-feira passada, o governo publicou no Diário Oficial da União algumas medidas para manter certo controle após a venda da Eletrobras. Entre elas, a limitação do poder de voto dos acionistas com maior participação acionária e a necessidade de redução de encargos do setor de energia elétrica, com direcionamento prioritário para o custeio da Tarifa Social. A Eletrobras, porém, ainda não definiu o modelo que deve ser adotado para a privatização da empresa.

“[Dilma deixou] Um rombo de R\$ 62 bilhões no setor elétrico para o povo pagar”

Em fevereiro deste ano, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou que concessionárias de energia elétrica têm o direito de receber R\$ 62 bilhões do governo federal. Esse valor é resultado de uma dívida contraída pelo governo junto às empresas que aderiram à Medida Provisória 579, assinada pela ex-presidente Dilma Rousseff em 2012.

O texto assinado por Dilma era, na prática, um subsídio para baratear as contas de luz em até 20%. Isso implicaria no fim dos contratos até então vigentes entre governo e empresas, para permitir que recursos federais pagassem parte das contas de luz. As empresas, então, seriam indenizadas pelo rompimento dos acordos, além de garantir a renovação antecipada dos mesmos.

Entretanto, o reconhecimento da dívida de R\$ 62 bilhões não afetou o valor das contas de luz. Uma liminar expedida pela Justiça em junho deste ano impede que a dívida bilionária seja dividida entre os consumidores de todo o país. Em nota, a Aneel informou que entrou com recurso contra a liminar, mas que ainda não houve o julgamento.

**Hellen Guimarães sob a supervisão de Juliana Dal Piva*

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Bernardo Vento

Título: Preço da gasolina chega a R\$ 4,27

Os brasilienses sentiram imediatamente no bolso os efeitos do reajuste no valor da gasolina feito pela Petrobras. Ontem, dia em que a elevação de preço, de 3,3%, começou a valer, quem precisou encher o tanque pagou caro. A maioria dos postos no Plano Piloto visitados pelo Correio cobrava mais de R\$ 4,10 pelo litro da gasolina comum. Em alguns, o aumento verificado de segunda-feira para ontem foi bem superior que os 3,3%. Houve estabelecimento que, um dia antes, cobrava R\$ 3,84 pela gasolina, mas ontem, o motorista precisava desembolsar

R\$ 4,17, uma elevação de 8,59% (veja quadro).

A vendedora autônoma Jaqueline Gomes, 32 anos, se mostrava indignada enquanto abastecia o carro num posto na 210 Sul, onde a gasolina era vendida a R\$ 3,99. Ela, que precisa do automóvel para visitar clientes, disse que a elevação rápida dos preços tem pesado no orçamento. “Eu gasto, em média, R\$ 50 por dia. Agora, com esse novo aumento, devo gastar R\$ 25 a mais”, disse. “E fico com outro problema: não posso passar o reajuste para meus clientes.”

Já para Rogério dos Santos, 48 anos, motorista de Uber, as elevações seguidas no preço da gasolina prejudicam quem trabalha diariamente com carro. “É muito difícil para a gente. A cada aumento no preço, diminui a nossa margem de lucro”, reclamou. Na opinião dele, os postos combinam os valores e é preciso acompanhar de perto os reajustes.

Na Asa Norte, a reportagem encontrou os preços mais caros e mais baratos da região central de Brasília. Na 212, um posto vendia o litro do combustível a R\$ 3,84. O resultado foi uma longa fila de carros. Mesmo assim, o instalador Felipe Teixeira, 23 anos, não gostou do valor na bomba. “Os preços estão abusivos. Desde os últimos reajustes, tenho gastado quase o dobro do que gastava antes. De R\$ 800 para R\$ 1.400 por mês”, reclamou.

Também na Asa Norte, um estabelecimento na quadra 202 vendia a gasolina a R\$ 4,27. No local, o administrador Rodrigo Rios Meireles, 41 anos, lamentou não ter tempo para ficar na fila dos postos com preço mais acessível. “É um absurdo. Toda semana é um preço novo. Procurei por valores melhores, mas preciso otimizar meu tempo para trabalhar. Infelizmente, tive que abastecer aqui, ciente do preço bem mais alto do que nos outros locais.”

Diante da repercussão, o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF), Daniel Costa, disse que a entidade não influencia os preços, já que eles são determinados pelos proprietários de cada estabelecimento. Costa afirmou que combustíveis caros penalizam empresários e consumidores. “Na nossa visão, a única alternativa para que os preços tenham queda seria a redução dos impostos, como o ICMS. Quase 50% do valor da gasolina é resultado de tributação federal e distrital”, argumentou.

Compare a variação (em R\$)

Posto 4/9 5/9

Petrobras Eixo L 214 Norte 3,85 4,16

Shell Eixo L 212 Norte 3,84 3,84

Ipiranga Eixo L 210 Norte 3,849 4,16

Petrobras Eixo L 208 Norte	3,849	4,16
Jarjour Eixo L 206 Norte	3,849	3,99
Ipiranga Eixo L 204 Norte	3,99	4,19
Petrobras Eixo L 202 Norte	3,849	4,27
Petrobras Eixo L 214 Sul	3,849	3,99
Petrobras Eixo L 212 Sul	3,849	3,99
Jarjou Eixo L 210 Sul	3,849	3,99
PB Eixo L 206 Sul	3,849	4,15
Ipiranga Eixo L 204 Sul	3,849	4,16
Petrobras Eixo L 202 Sul	3,849	4,17
Shell SIG Quadra 3	3,87	3,87
Petrobras SIG Quadra 3	3,86	4,17

Investigações

Não é somente a população que está de olho nos preços. Desde julho, quando houve o reajuste do PIS/Cofins sobre os combustíveis, que acarretou no aumento do preço nas bombas, o percentual de lucro e a uniformização dos valores cobrados em vários postos do DF estão em análise pelo Instituto de Defesa do Consumidor (Procon), pelo Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Raphael Di Cunto | De Brasília

Título: Senador vai para o PMDB e torna incerto o super DEM

Centro de uma disputa que estremeceu a base do presidente Michel Temer, o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) se filiará hoje ao PMDB para concorrer ao governo de Pernambuco. A decisão, informada ontem ao grupo governista do PSB, que negociava uma saída em bloco do partido, tornou mais incerto o fortalecimento do DEM como um dos polos do Congresso.

Bezerra, junto com seu filho, **o ministro de Minas e Energia, Fernando Filho** - que é deputado federal licenciado -, foi um dos principais articuladores desse movimento para fortalecer o DEM, ao negociar com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). A ideia era aproveitar a divisão do PSDB e desgaste do PMDB para se tornar uma das maiores bancadas da Câmara.

Segundo o presidente do PMDB, senador Romero Jucá (RR), o ministro também se filiará ao partido, mas aguarda a janela para troca de legenda sem risco de perder o mandato - o que os senadores não estão sujeitos por serem cargo majoritário. Deputados do DEM e do PSB ainda esperam que ele acompanhe o resto do grupo.

A saída antecipada do senador para o PMDB, contudo, expôs a divisão no grupo, composto por 12 a 16 deputados, sobre os rumos dessa articulação. Parte defende ir para o DEM, parte namora outras legendas e parte pretende ficar no PSB até pelo menos a eleição interna, em outubro, quando o vice-governador de São Paulo, Márcio França, pode desbancar o atual presidente, Carlos Siqueira, que deu uma guinada anti-governo.

"Faço parte do grupo que tentará vencer a disputa interna do PSB, não penso em sair agora", afirmou o deputado Rodrigo Martins (PI). Já seu conterrâneo, o deputado Heráclito Fortes (PI), está com a filiação acertada ao DEM, assim como José Reinaldo (MA). "Não sei como vai ficar [com a saída do senador]", disse.

A líder do PSB, deputada Teresa Cristina (MS), afirma que a filiação do senador não muda o movimento de troca de partido - que, na visão dela, será para o DEM ou PMDB. "Sempre soubemos que havia questões regionais que poderiam inviabilizar uma filiação e bloco", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Maria Cristina Fernandes

Título: Eleição de 2018 aproxima Barbosa e Hartung

O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa e o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung (sem partido), marcaram um encontro em São Paulo depois do feriado. Citado por Barbosa, como o homem público do país que mais admira, o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung (PMDB), disse estar disposto a ajudá-lo a montar uma aliança com vistas as eleições presidenciais de 2018: "Claro que toparia. Seria honroso estar com ele num projeto. É um líder com uma história de vida admirável num país com déficit de liderança".

Em entrevista ao **Valor**, o ex-ministro disse que o governador tinha sido o único dos políticos a procurá-lo no Supremo desprovido do propósito de burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Afirmou ainda que, caso entrasse na disputa, o convidaria para uma chapa. "Não reivindico nenhum papel para me unir ao ministro a não ser o de ajudar a costurar uma candidatura", diz o governador.

Hartung enfrentou longo tratamento para um câncer de bexiga do qual teve alta em abril deste ano depois de dois procedimentos cirúrgicos. Hoje faz imunoterapia para evitar recidiva com vacinas injetadas diretamente na bexiga. Reassumiu o governo com o ritmo de trabalho anterior ao câncer. Pretende colaborar com o ex-ministro na formatação de uma agenda para 2018 que evite

o surgimento de um 'salvador da pátria'. A estampa do ex-ministro do Supremo, por outro lado, seria uma garantia de que, numa conjuntura de possível revés da Lava-jato, não haveria recuo no combate à corrupção.

O governador capixaba aguarda a conclusão da nova legislação eleitoral e partidária em tramitação no Congresso para definir a legenda à qual pretende se filiar. A lista de lideranças com as quais se encontrou nas últimas semanas está filiada ao PSDB, DEM e PSB. Entre os tucanos, avistou-se com o atual presidente do partido, senador Tasso Jereissati (CE), o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o prefeito da capital, João Doria. Esteve ainda com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM) e com **o ministro das Minas e Energia, Fernando Bezerra Filho**, que se desfiliou do PSB e está prestes a ir para o PMDB.

A legenda mais agressiva na atração do ex-ministro Joaquim Barbosa é o PSB. O deputado Júlio Delgado (MG), um dos mais ativos na aproximação entre o partido e o ex-ministro, pondera que uma aliança com Hartung teria como obstáculo o ex-governador Renato Casagrande, principal nome do PSB no Espírito Santo.

Hartung, que derrotou Casagrande na eleição para o governo do Estado, não vê impedimento: "Se fosse fácil essa costura já estava feita. Sempre haverá situações locais a serem solucionadas, mas as lideranças responsáveis estão se dando conta de que se não se unirem o país será dominado pelo populismo de direita ou de esquerda. Só vai ter lugar para quem quiser vender terreno na lua".

Para o governador, a agenda a ser costurada tem duas prioridades: investir em educação, tirar o país da dependência das commodities e reformar o Estado. O espectro partidário a ser reunido em torno dessa agenda, diz, ficará mais claro depois que as regras para 2018 forem votadas no Congresso. Hartung não espera mais do que o fim das coligações proporcionais e o estabelecimento de uma cláusula de barreira para os partidos mas torce ainda para que alguma regra de redução na duração das campanhas venha a ser aprovada para que se possa baratear seu custo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Murillo Camarotto | De Brasília

Título: Governo quer fim de golden share

Perto de iniciar o processo de privatização da Eletrobras, o governo federal quer aproveitar a oportunidade para se desfazer também de suas "golden shares" -

ações de classe especial que são retidas pela União e que lhe garantem, entre outras coisas, poder de veto para algumas decisões importantes nas empresas vendidas à iniciativa privada.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, encaminhou ao Tribunal de Contas da União (TCU) uma consulta para saber como se livrar das "golden shares" que o governo mantém no momento em empresas como Vale, Embraer e Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). Meirelles também quer que a venda da Eletrobras, prevista para o primeiro semestre de 2018, ocorra sem as ações de classe especial, ao contrário do que vinha sendo dito.

O ministro entende que a "golden share" é mal vista pelo mercado e que tem um efeito negativo sobre o valor dos ativos. Por isso, quer saber do TCU qual o melhor caminho para o governo se desfazer das ações sem que haja prejuízo aos interesses da União.

O pedido foi recebido com cautela no TCU, sobretudo por conta das cifras supostamente envolvidas. O entendimento, preliminar, é de que as participações especiais do governo valeriam bilhões de reais e que não poderiam simplesmente sumir. A solução mais visível no momento é uma mudança na legislação que permita a extinção das "golden shares" hoje existentes mediante compensação financeira dos demais acionistas das empresas. Não se sabe, entretanto, se esses acionistas estariam dispostos a pagar e nem o valor de mercado das ações especiais.

O advogado Mauro Penteado, sócio do escritório Machado Meyer, entende que o mercado precifica essas empresas considerando o poder de veto do governo para algumas questões essenciais. Ele admite, no entanto, que não há clareza sobre como o valor de mercado das "golden shares" poderia ser calculado.

"Não acho que a 'golden share' ainda seja necessária nos dias atuais. Ela foi criada em um período em que praticamente não existia regulação. Hoje, o controle do ativo privatizado por ser facilmente feito pelo edital e pelo contrato", afirmou o advogado.

Na Vale e no IRB, a União tem poder de veto para alterações no controle acionário e na atividade fim da empresa. No caso da mineradora - privatizada em 1997 -, o fechamento de novos negócios, eventual troca de nome e até uma mudança da sede para exterior exigem aprovação do governo. A União tem algumas ações dessa classe e participa do atual bloco de controle via BNDESPar, braço de participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No IRB, fusões, cisões e incorporações, bem como definição de políticas de resseguros podem ser vetadas pela União.

As regras das "golden shares" na Embraer, sediada em São José dos Campos (SP), são mais atreladas a questões de segurança nacional. Um acionista com mais de 35% de participação, por exemplo, tem de pedir autorização ao governo para comprar mais ações da empresa.

A fabricante de jatos comerciais, executivos e aeronaves de defesa foi privatizada em 1994 e a União detém 0,03% do capital. A venda da empresa inaugurou, na época, esse tipo de reserva do governo federal nas companhias privatizadas. Essas ações são dotadas dos mesmos direitos de voto dos detentores de papéis ordinários.

Enviada com pedido de urgência em 19 de julho, a consulta de Meirelles só começou a ser apreciada pelo TCU na semana passada. Não há prazo para a área técnica emitir um parecer, que será avaliado pelo ministro José Múcio. A tendência, no entanto, é que o tribunal indique um caminho para o governo se desfazer das ações especiais. O Ministério da Fazenda não se manifestou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Murillo Camarotto | De Brasília

Título: Governadores do NE tentam preservar Chesf

Os governadores dos nove estados da região Nordeste encaminharam ontem uma carta ao presidente Michel Temer com críticas à privatização da Eletrobras e às mudanças propostas para o setor elétrico. Eles pediram, entre outras coisas, que a Chesf seja excluída do grupo Eletrobras, transformando-se em uma empresa pública vinculada ao Ministério da Integração.

No documento, de cinco páginas, os governadores alegam que o histórico de privatizações brasileiras demonstra que jamais foram cumpridas as promessas de melhoria da qualidade e redução dos preços dos serviços. Pelo contrário, os resultados ainda seriam muito insatisfatórios, como podem atestar os clientes das operadoras de telefonia móvel.

No setor elétrico, as mudanças propostas irão resultar em um aumento relevante do valor das tarifas de energia elétrica. Esse também foi um ponto atacado pelos governadores. "As medidas anunciadas, especialmente a suspensão do regime de cotas, terão como consequência imediata e inevitável um aumento significativo na conta dos brasileiros."

O grupo sugere ainda a unificação de vários órgãos dedicados ao desenvolvimento da região Nordeste

Os governadores também criticaram a intenção não declarada do governo de usar o dinheiro oriundo da venda da Eletrobras e da relicitação de usinas da Cemig para cobrir o déficit fiscal. "Entendemos que um setor que exerce tamanho impacto sobre todas as cadeias produtivas e camadas sociais não deve, em hipótese alguma, financiar ou cobrir déficits no caixa", diz o documento.

Sobre a Chesf, a alienação poderia, segundo os governadores, prejudicar projetos hídricos que utilizam água do rio São Francisco. "A transferência para investidores privados do controle operacional das usinas do Sistema Eletrobras, particularmente daquelas geridas pela Chesf, condicionará por décadas todo projeto ou ação que demande água do Rio São Francisco", diz a carta.

"Note-se ainda que, como todas essas usinas são movidas a água, o processo compromete previamente a vazão dos rios, necessária à geração da energia contratada, ficando prejudicado qualquer outro uso atual ou futuro. No caso particular do Rio São Francisco, a recorrência de ciclos hidrológicos críticos, como o vivenciado no Nordeste ao longo da presente década, já recomendariam cautela antes de se colocar em pauta qualquer projeto de transferência da operação para investidores privados", complementam os signatários.

Os governadores sugerem ainda a unificação de vários órgãos dedicados ao desenvolvimento da região. Pela proposta, seriam integrados a Chesf, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs).

"Os recursos para a atuação do órgão seriam oriundos da receita da energia cotizada. O efeito sobre as tarifas de energia em todo o Brasil seria da ordem de no máximo 1,5%. Esse valor é menos da metade do que pagamos durante três décadas para ajudar os sistemas isolados através da Conta de Compensação de Combustíveis - CCC", explicam os governadores.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Voltalia terá projeto próprio e parceria no leilão de renovável**

A geradora francesa de energias renováveis Voltalia tem duas estratégias traçadas para os próximos dois leilões de energia do Brasil, previstos para dezembro. Enquanto estuda a possibilidade de disputar o leilão com projetos próprios de fontes eólica e solar, a empresa também negocia uma eventual venda de projetos para outros interessados em participar do leilão.

"Olhamos M&As [sigla em inglês para fusões e aquisições] tanto para compra quanto para a venda. Sempre olhamos oportunidades de M&A em função de momento, das oportunidades. Por exemplo, para os próximos leilões, estamos negociando a possível venda de projetos", diz Robert Klein, presidente da Voltalia no Brasil.

A subsidiária brasileira da companhia possui perto de 2 mil megawatts (MW) de capacidade instalada em projetos de energia eólica e solar e de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) em diferentes estágios de prospecção e desenvolvimento.

Com 473 MW instalados em operação, o Brasil é o principal mercado da Voltalia, entre os 15 países onde atua, tanto em capacidade instalada quanto em faturamento. "O Brasil representa o maior país para o grupo Voltaria e continuará sendo estratégico para a companhia", afirmou o executivo, lembrando que, junto com recursos de sócios e financiamentos, a empresa já investiu cerca de R\$ 2 bilhões no país.

Com relação aos leilões, que serão dos tipos "A-4" e "A-6", negociando contratos para início de fornecimento de energia em 2021 e 2023, respectivamente, Klein explicou que a empresa tem se preparado para disputar tanto com projetos eólicos quanto solares. "Mas a [fonte] eólica tem mais chance do que a solar, pela sua competitividade", completou.

A estratégia da companhia, porém, não se resume aos leilões. A Voltalia também tem buscado desenvolver empreendimentos voltados para o mercado livre de energia. "Estamos olhando todas as oportunidades. Na ausência dos leilões [nos últimos anos], estamos desenvolvendo trabalho muito forte para tentar assinar contratos no mercado livre, de tal maneira a desenvolver projetos para o ambiente livre", disse.

Em julho, a Voltalia colocou em operação o parque eólico Vila Acre, de 27,3 MW, em Serra do Mel (RN), com mais de um ano de antecedência em relação ao previsto em contrato. O parque está situado em um "cluster" com potencial de 1,2 mil MW, dos quais 282 MW já estão em operação.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte****Título: Samarco pede nova licença para retomar operação**

Depois de um longo impasse, a mineradora Samarco apresentou ao governo de Minas Gerais o pedido de licença para voltar a operar em seu complexo de extração de minério de ferro em Mariana (MG). A empresa protocolou, na sexta-feira, na Secretaria de Meio Ambiente do Estado, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do pedido de licenciamento operacional corretivo (LOC).

A Samarco diz que não trabalha com nenhuma estimativa sobre quando poderá ter aval do órgão estadual para retomar suas atividades. A expectativa inicial de que a reativação dos trabalhos pudesse ocorrer ainda em 2017 já foi descartada pela empresa em meados do ano.

Pertencente à Vale e à BHP, a Samarco está parada desde novembro de 2015, quando uma de suas barragens de rejeito de minério, a barragem de Fundão, se rompeu. O incidente provocou a morte de 19 pessoas e uma tragédia ambiental ao longo do rio Doce.

Por meio de um comunicado divulgado na tarde de ontem, a mineradora informou que o estudo levado à secretaria estadual fala de "uma retomada gradual das atividades". O plano da empresa era voltar com 60% de sua capacidade de operação. Mas esse era o cenário caso a estrutura de funcionamento fosse mantida.

No entanto, por uma discordância que levou meses de discussão e disputa na Justiça com a prefeitura de Santa Bárbara (MG), município de onde a empresa captava água para ser usada na sua estrutura de mineração e beneficiamento no seu complexo em Mariana, a Samarco terá de buscar água de outras fontes. A solução encontrada, segundo a empresa, foram fontes dentro do complexo.

"O projeto de retomada considera o uso exclusivo de fontes internas de água já outorgadas, já que a Prefeitura de Santa Bárbara não concedeu autorização para a captação de água que já era feita no município desde 2014", informou a empresa.

Além dessa licença corretiva, a Samarco precisa ainda de outra, que a permita usar a chamada Cava Alegria Sul, que servirá de depósito provisório dos rejeitos de minério de ferro que serão produzidos uma vez que a empresa volte a operar. Esse licenciamento também está tramitando da Secretaria de Meio Ambiente de Minas.

A empresa ainda mantém parte de seus funcionários em regime de lay-off (suspensão temporária de contrato de trabalho). Evitando a demissão do pessoal.

"Independentemente dos processos de licenciamento para viabilizar o retorno operacional da empresa, a Samarco segue comprometida com os planos de reparação dos impactos decorrentes do rompimento de Fundão", disse a empresa. "De novembro de 2015 até julho de 2017, foram desembolsados R\$ 2,3 bilhões para ações de reparação e compensação."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha, Rodrigo Polito e André Ramalho | De São Paulo e do Rio

Título: Minoritário terá mais poder na nova BR

A Petrobras deu mais um passo importante dentro da estratégia de fazer a oferta pública inicial de ações (IPO na sigla em inglês) da BR Distribuidora, no âmbito do plano de venda de ativos da estatal, cuja meta é levantar US\$ 21 bilhões até o fim do próximo ano. Em comunicado divulgado ontem, a companhia informou que foram aprovados, na última semana, a reestruturação societária e o novo estatuto social da BR Distribuidora, principal ativo do plano de desinvestimentos da empresa.

O principal ponto da reestruturação diz respeito aos acionistas minoritários, que terão mais poder no novo modelo da companhia. Segundo o novo estatuto, pelo menos três das dez vagas do conselho serão destinadas a representantes dos minoritários. Esse número pode ser ainda maior, pelo processo de voto múltiplo. Segundo uma fonte a par do assunto, os minoritários terão poderes de veto em determinados assuntos. Ela acrescentou que a reestruturação teve o objetivo de tornar a governança da BR Distribuidora mais amigável ao mercado de capitais.

De acordo com o comunicado de ontem, entre as novas regras aprovadas em assembleia geral extraordinária da BR, na última semana, está a adesão da empresa ao Novo Mercado, segmento máximo de governança da B3, com a emissão apenas de ações ordinárias.

Novas regras preveem adesão da empresa ao Novo Mercado da B3, com emissão apenas de ações ordinárias

A adesão ao Novo Mercado também inclui regras para oferta pública de aquisição de ações (OPA), incluindo requisito de concordância por parte dos acionistas titulares de um terço dos papéis em circulação para saída do

segmento; direito de extensão aos minoritários (tag along) em caso de mudanças de controle; e adesão à câmara de arbitragem do mercado.

A BR incluiu a criação da área de governança, risco e conformidade vinculada ao conselho de administração, de novas competências atribuídas ao conselho e à diretoria e de um comitê de assessoramento ao conselho.

Nas regras voltadas ao comando da empresa, o estatuto aprovado inclui o atendimento de requisitos de integridade para a indicação dos administradores e membros do conselho fiscal e possui cláusula expressa relacionada à incompatibilidade de participação nos órgãos da administração da BR de membro com candidatura a mandato público eletivo, devendo o interessado renunciar ao cargo.

A Petrobras, contudo, lembrou que a adesão a algumas regras, como as do Novo Mercado, ainda dependem da abertura de capital da BR, "sujeita a aprovações internas e da Comissão de Valores Mobiliários [CVM] e de condições favoráveis dos mercados de capitais nacional e internacional".

Ainda segundo o documento da Petrobras, o recente aumento de capital de R\$ 6,3 bilhões incluído na reestruturação societária da BR foi utilizado para o pagamento antecipado de dívidas com bancos. A BR utilizou o aporte, mais a disponibilidade de caixa de R\$ 1,4 bilhão, para pagar R\$ 4,5 bilhões devidos ao Banco do Brasil e R\$ 3 bilhões em dívidas com o Bradesco.

O aumento de capital surgiu a partir da cisão de recebíveis detidos pela BR, decorrentes de Contratos de Confissão de Dívidas (CCDs) com o Sistema Eletrobras, relativos a gastos com aquisição de combustíveis para geração de energia em regiões isoladas.

Ao mesmo tempo, a Petrobras contratou junto aos dois bancos novas linhas de crédito com as mesmas condições de valor, prazo e custo originalmente negociadas pela BR. "Assim, essas novas captações não apresentam impactos no endividamento líquido consolidado da Petrobras, nem no seu perfil", destacou o comunicado.

Ainda na linha de estruturar o IPO da BR Distribuidora, a Petrobras anunciou na última semana a eleição de Rafael Grisolia para a diretoria financeira da subsidiária. Com mandato até julho de 2019, o executivo assumiu o cargo com a missão de preparar a empresa para o processo de IPO.

Grisolia foi indicado pela consultoria de recrutamento Korn Ferry. A contratação foi acompanhada de perto pelo diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Petrobras, Ivan Monteiro, que tinha pressa em definir um nome para tocar o processo de IPO.

MME / ASCOM .